



Informativo Técnico Nº2/Ano 04 – fevereiro de 2013

## Notificações de Enfermidades de Suínos no Rio Grande do Sul em 2011

\* *Kleitton Adolfo Pan<sup>1</sup>, Gisele Cristine Branco<sup>2</sup>, Thiago Motter Alberti<sup>3</sup>*

A suinocultura gaúcha é destaque no cenário nacional, ocupando o segundo lugar das exportações brasileiras, com embarques de 162,6 mil toneladas e uma receita de US\$ 474 milhões somente em 2011 (Porkworld, 2012). Neste cenário, o Serviço Veterinário Oficial (SVO) é o gestor da sanidade animal, certificando a produção suína do Rio Grande do Sul (RS) através da manutenção do Estado na área livre de Peste Suína Clássica (PSC).

Conforme determina a Norma Interna 05/2009 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para se realizar a vigilância passiva são seguidos os limites críticos das taxas mensais de mortalidade para reprodutores (2%), creche (7%), terminação (9%) e maternidade (15%) em zonas livres de PSC (Brasil, 2012). O objetivo deste trabalho é avaliar as notificações recebidas pelo SVO e apontar as principais causas de mortalidade elevada na população suína do RS.

### MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada análise do banco de dados estadual com todos os registros das investigações realizadas em 2011 para a espécie suína, obtidos no Setor de Epidemiologia e Estatística (SEE) da Divisão de Fiscalização e Defesa Sanitária Animal, pertencente ao Departamento de Defesa Agropecuária (DDA) da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul (SEAPA-RS).

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste período, foram abertos 80 Formulários de Investigação Inicial de Doenças (Form-In), com 53.727 suínos envolvidos em 46 municípios gaúchos e percentuais de mortalidade variando de 0% a 62,5%, sendo a média geral de 11,22%. As principais causas foram a Circovirose (36%),

pneumonias (19%) e erro de manejo (10%), seguido por Erisipelose (5%), hérnias (5%), refugagem (4%) e Doença do Edema (3%). Ocorrências de menor incidência que somadas chegam a 9% foram: Doença de Glässer, enfarte do miocárdio, micotoxicose, colibacilose, deficiência nutricional, enterite, intoxicação, aflatoxicose e artrite bacteriana. Casos sem sintomatologia, de diagnóstico negativo para PSC e Raiva, completam os resultados encontrados (8%). O crescimento da suinocultura como atividade econômica envolveu um manejo intensivo, esquema nutricional complexo e uso de seleção genética (Corrêa, 2012). Tais fatos, junto à concentração de rebanhos em áreas geográficas restritas e a mudança no esquema vacinal contribuíram com o aumento da Circovirose no período investigado. Em relação às doenças respiratórias, as pneumonias representam um dos principais problemas em suínos (Lippke, 2012), similares aos resultados deste estudo.

## CONCLUSÃO

Melhorias no manejo, adoção do regime “todos dentro/todos fora” de vazio sanitário e a diminuição de fatores estressantes reduzem significativamente o número de casos. Ações de defesa sanitária executadas através do rápido atendimento às notificações visam incrementar a sensibilidade do sistema de vigilância e fortalecer a suinocultura no RS.

<sup>1</sup> IVZ Serafina Corrêa / Departamento de Defesa Agropecuária / SEAPA-RS

<sup>2</sup> IVZ Guaporé / Departamento de Defesa Agropecuária / SEAPA-RS

<sup>3</sup> IVZ Casca / Departamento de Defesa Agropecuária / SEAPA-RS

## Referências Bibliográficas

- CORREA, A.M.R. et. al. Aspectos clínico-patológicos associadas à circovirose suína no Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pvb/v26n1/a03v26n1.pdf>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2012.
- BRASIL. Norma Interna DSA nº 05/2009 (MAPA) Disponível em: [http://www3.servicos.ms.gov.br/iagro\\_ged/pdf/1778\\_GED.pdf](http://www3.servicos.ms.gov.br/iagro_ged/pdf/1778_GED.pdf). Acesso em: 09 de março de 2012.
- LIPPKE, R.T. et. al. Monitoria sanitária em suinocultura. Disponível em: [http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/50906\\_5979.pdf](http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/50906_5979.pdf). Acesso em: 23 de fevereiro de 2012.
- PORKWORLD. Exportações de carne suína do RS caem 21,6% em 2011. Disponível em: <http://www.porkworld.com.br/noticias/post/exportacoes-de-carne-suina-do-rs-caem-216-em-2011>. Acesso em: 09 de março de 2012

# **Breve Histórico do Serviço de Fiscalização de Sementes e Mudanças no Estado do Rio Grande do Sul (2004-2012)**

*\* Fabíola Lopes<sup>1</sup>*

O uso de sementes e mudas de boa qualidade é fundamental para se obter uma lavoura ou cultura sadia e produtiva. Anualmente a demanda de sementes para cultivo no Estado busca abastecer um universo de mais de 140.000 ha (MAPA/SEFIA, 2012). A semeadura de sementes e o plantio de outros materiais de propagação vegetal com sanidade comprovada é uma das mais importantes etapas no sistema de produção agrícola, pois a introdução de patógenos associados a sementes pode resultar em conseqüências desastrosas em termos de sustentabilidade do setor agropecuário.

Desta forma, a fiscalização de sementes e mudas possui um importante papel de regulação e adequação do mercado de materiais de propagação vegetal, visando à idoneidade e a qualidade das sementes e mudas disponíveis para a semeadura e o plantio no Estado.

O Estado do Rio Grande do Sul por meio da Lei nº 10.612 de 28 de dezembro de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 36.723 de 12 de junho de 1996, instituiu a Secretaria da Agricultura como o órgão responsável pela fiscalização de sementes e mudas no Estado. Com isso, esta secretaria ficou responsável pela fiscalização da produção, do beneficiamento, da amostragem, da análise, da certificação, da reembalagem, do armazenamento, do transporte e da comercialização de sementes e mudas. Esta atividade foi constituída da fiscalização in loco, elaboração de normas e padrões (RIO GRANDE DO SUL, 1998; RIO GRANDE DO SUL, 2000), bem como do cadastro e da emissão de certificados de todas estas atividades em todo território estadual.

Em 2003, visando regulamentar e padronizar as atividades relacionadas a sementes e mudas em todo o país, o Governo Federal instituiu através da Lei Federal nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, o RENSEM – Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, regulamentado pelo Decreto nº 5.153 de 23 de julho de 2004. Em atendimento a esta nova legislação, todas as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades de produção, beneficiamento, embalagem, armazenamento, análise, comércio, importação e exportação de sementes e mudas ficam obrigadas à inscrição no RENSEM, conforme Art.8º da Lei nº 10.711/2003.

O advento da Lei Federal gerou a necessidade da transposição dos estabelecimentos já cadastrados no âmbito estadual para o cadastro nacional. A lei federal em seu artigo 5º (anexo 2) determina que a competência de elaboração de normas e procedimentos complementares relativos a sementes e mudas e o exercício da fiscalização do comércio estadual cabe aos Estados e ao Distrito Federal, sendo as demais atividades de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (MAPA).

Considerando que a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul (SEAPA) cobra o registro de comerciantes de sementes e mudas deste antes do surgimento da Lei Federal nº 10.711/2003, e o RENASEM possui o mesmo objetivo do registro na SEAPA, foi realizado um processo de adequação e padronização dos dois sistemas, por meio da compilação do banco de dados do RENASEM para o sistema de sementes e mudas da SEAPA.

Atualmente, para o serviço de fiscalização de comércio de sementes e mudas no Estado do Rio Grande do Sul, a SEAPA mantém um cadastro de comerciantes de todo o Estado, que gira em torno de mais de 2600 estabelecimentos. Este cadastro é efetuado por meio do registro e do pagamento de taxa com valor estabelecido pela Lei Estadual nº 8.109, de 19 de dezembro de 1985. O registro e a sua renovação possuem diferentes valores de acordo com o volume comercializado, sendo a data de validade variada conforme a data em que foi realizado o registro na SEAPA ou no RENASEM. Assim, tomando com base o ano de 2012, foram realizados 236 novos registros e 433 registros foram renovados. Juntamente com o registro no escritório, rotineiramente são realizadas fiscalizações in loco dos estabelecimentos registrados e dos que não possuem registro, a fim de regularizar a atividade e a situação junto à SEAPA.

1 Engenheira Agrônoma, Dr<sup>a</sup>, responsável pela Seção de Sementes e Mudanças/Divisão de Insumos e Serviços Agropecuários/DDA/SEAPA

### **Referências Bibliográficas**

- MAPA – Ministério da Agricultura e Abastecimento – SEFIA/RS – 2012. Dados gerados pela APASSUL em junho de 2012. Comunicação pessoal.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Departamento de Produção Vegetal. Comissão Estadual de Sementes e Mudanças do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS). Normas e padrões de produção de mudas fruteiras para o Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998. 100p.

- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Departamento de Produção Vegetal. Comissão Estadual de Sementes e Mudas do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS). Normas e padrões de produção de sementes para o Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 4ª edição, 2000. 160p.

- O Informativo Técnico do DPA veiculará artigos dos técnicos científicos do DDA/SEAPA-RS, tanto do nível central como regional e IVZs. Pode ser de autoria própria ou compilado.  
O artigo deve vir acompanhado de bibliografia e deve ter tamanho máximo de 3.500 caracteres (sem espaços). Tabelas são consideradas como caracteres e vamos limitar a duas fotografias por artigo. Em casos de artigos curtos, porém ricos em fotografias, será aceito um número maior destas, sempre com legendas.  
Os artigos podem ser enviados eletronicamente para [ivo-kohek@agricultura.rs.gov.br](mailto:ivo-kohek@agricultura.rs.gov.br), onde um grupo de revisores do nível central fará a avaliação, edição e dará a formatação final. Os artigos serão veiculados conforme a ordem de chegada.